



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Renovação e Transparência

AUTÓGRAFO Nº 079/2015

LEI Nº 1162/15, DE 13 DE MAIO DE 2015.

**ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 616, DE
28 DE JUNHO DE 1997 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA, no uso de suas atribuições legais, aprova a seguinte:

LEI

Art. 1º - O art. 13 da Lei Municipal nº 616, de 28 de junho de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 - Cada Conselho Tutelar será composto de 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) membros suplentes, com mandato de 4 (quatro) anos permitida a reeleição uma única vez, mediante novo processo de escolha.

Parágrafo Único - Os cinco candidatos mais votados serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e os demais candidatos seguintes serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.”

Art. 2º - O art. 15 da Lei Municipal nº 616, de 28 de junho de 1997 fica acrescido dos incisos V, VI, VII e parágrafo único, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15 - (...)

I - (...)

II - (...)

III - (...)

IV - (...)

V - escolaridade: Ensino Médio completo;

VI - participação e aprovação em curso ou outro evento formativo, cujo objetivo seja a legislação de projeção integral a crianças e adolescentes (art. 23 CF), especialmente o



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Renovação e Transparência

Estatuto da Criança e do Adolescente ou a Política de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - estarem em pleno gozo de suas aptidões mentais.

Parágrafo Único - “Esses requisitos serão comprovados, com certidões e declarações, na forma da Resolução específica do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

Art. 3º - O art. 17 da Lei Municipal nº 616, de 28 de junho de 1997 fica acrescido dos parágrafos 1º ao 4º, passando a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo território nacional a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao ano da eleição presidencial.

§ 2º - A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia dez de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 3º - No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bens ou vantagens pessoais de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

§ 4º - O Conselheiro Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio, não poderá participar do processo de escolha subsequente.

Art. 4º - Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º do art. 18 da Lei nº 616/1997, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18 - (...)”

§ 1º - Os membros do Conselho Tutelar quando em exercício ou legalmente afastados, perceberão mensalmente, a título de subsídio, o equivalente ao nível de agente administrativo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, estabelecido como parâmetro, inclusive para efeito de revisões, podendo-se acrescentar à critério do Chefe do Poder Executivo uma gratificação de até 50% (cinquenta por cento) pelo exercício da função de Conselheiro Tutelar.

§ 2º - Os Conselheiros Tutelares, em decorrência das peculiaridades de suas funções especiais, no decorrer de seu mandato, terão assegurado o direito à cobertura previdenciária.

§ 3º - (...)”.

Art. 5º - O art. 19 da Lei Municipal nº 616, de 28 de junho de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação:



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Renovação e Transparência

Art. 19 - Os Conselheiros Tutelares terão ainda assegurados os direitos à:

I - gozo de férias anuais de trinta dias acrescidos de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

II - licença maternidade;

III - licença paternidade;

IV - gratificação natalina.

Parágrafo Único - A Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação providenciará todas as condições necessárias para o funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 6º - Os demais dispositivos da lei nº 616/1997 permanecem inalterados.

Art. 7º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA, aos 13 de maio de 2015.

Wellington Nonato da Silva
PRESIDENTE